

## Economia e Educação: que relação é essa?

*Silvia Zuffo\**

*Eliana Perez Gonçalves de Moura\*\**

### **Resumo**

Neste estudo, analisamos as relações entre educação e políticas de economia, desenvolvendo uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, ressaltando como os objetivos educacionais podem estar articulados a objetivos econômicos. Especificamente, discutimos as relações entre metas econômicas e planos/ações educativas. Assim, analisamos o Relatório Anual do Banco Mundial, do ano de 2007, intitulado “Desenvolvimento Mundial”, que versa sobre o desenvolvimento e gerações futuras e, também o Relatório Anual de 2013, cujo título é “Erradicar a Pobreza Extrema e Promover a Prosperidade Compartilhada”. Em seguida, as análises verteram-se sobre o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, que define políticas, metas e planos educacionais. Destaca-se como relevante, a forma como a educação, ao longo do processo de sistematização do capitalismo neoliberal, vem servindo aos interesses do desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Educação; Plano Nacional de Educação; Economia; Banco Mundial.

\* Graduanda em Administração; Bolsista de Iniciação Científica CAPES/OBEDUC; Universidade Feevale. E-mail: silviazuffo@feevale.br.

\*\* Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (1982), mestrado em Psicologia Social e Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente é docente/pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Diversidade e Inclusão da Universidade Feevale. E-mail: elianapgm@feevale.br.

## Economy and Education: what is the relationship?

### *Abstract*

In this study, we analyzed the relationship between education and economic policies, developing a literature review, by a qualitative research approach, highlighting how the educational aims can be submitted under the economic objectives. Specifically, it is discussed the relations between economic goals and educational plans/activities. Thus, we analyzed the World Bank Annual Report, 2007, entitled “World Development”, which approaches the development and future generations and also the Annual Report 2013, entitled “Eradicate Extreme Poverty and Promoting Shared Prosperity”. Then the study analyzes the National Education Plan for the 2014-2024 decade, which defines policies, goals and educational plans. It stands out as relevant, how education throughout the systematization process of neoliberal capitalism, has been submitted under the interests of economical development.

**Keywords:** Education; National Education Plan; Economy; World Bank

## Economía y Educación ¿qué relación es esa?

### *Resumen*

En este estudio, analizamos las relaciones entre educación y políticas de economía, desarrollando una búsqueda bibliográfica, de abordaje cualitativo, resaltando como los objetivos educacionales pueden estar articulados a los objetivos económicos. Específicamente discutimos las relaciones entre metas económicas y planes/acciones educativas. Así, analizamos el Informe anual del Banco Mundial, del año de 2007, titulado “Desarrollo Mundial” que versa acerca del desarrollo y futuras generaciones. Fue analizado también el Informe Anual 2013, cuyo título es: “Erradicar la Pobreza Extrema y Promover la Prosperidad Compartida”. Después seguimos los análisis sobre el Plan Nacional de Educación para el decenio 2014-2024, que define políticas, metas y planes educacionales. Su brayase como sobresaliente, la manera como la educación, a lo largo del proceso de sistematización del capitalismo neoliberal, viene sirviendo al interés del desarrollo económico

**Palavra- clave:** Educacion, Plan Nacional de Educación, Economía, Banco Mundial.

## ***O nascimento da Educação no Brasil***

As características da educação no Brasil colônia são compatíveis com a organização social, política e econômica daquele período. A sociedade brasileira se constituiu como uma economia agrária, latifundiária e escravista. Nesse contexto, a escolarização não assume nenhuma importância para a economia portuguesa, o que, aos poucos, vai assumindo símbolo de poder entre a elite dominante (MACIEL, 2010).

Tidos como importantes aliados na colonização pela propagação da catequese, os jesuítas foram os pioneiros na implantação de um sistema educacional no Brasil. O que, gradativamente, acabou contribuindo para a educação da elite brasileira. Nessa época, foram criados colégios para ensino primário e secundário (MACIEL, 2010).

No século XVIII, devido às influências das ideias renascentistas, os jesuítas são expulsos do Brasil pelo então ministro português Marques de Pombal. Essa decisão trouxe uma interrupção na educação brasileira de mais de uma década até a substituição dos jesuítas por outros professores. Essa foi a primeira vez que a educação ficou ao encargo do estado. No entanto, as características da educação no período continuaram marcadas pela forte influência dos missionários, cujos traços religiosos e literários preservavam acento na autoridade e na disciplina presente na formação dos professores de então. Tal compreensão educativa perpassou o período Colonial, o Império e a República. Assim, a educação recebeu novo impulso apenas com a vinda da família real portuguesa, em 1808, assumindo papel de agente colonizador (MACIEL, 2010).

Nas décadas que seguiram, vivenciou-se o período de luta pela independência, sendo que a coroa portuguesa visava suprimir qualquer forma de manifestação que acenasse apoio ao movimento.

No início do sec. XX, foram criadas importantes instituições como a Academia Brasileira de Ciências (1922) e a Associação Brasileira de Educação (1924). A educação no Brasil começou, então, a ser estruturada a partir da década de 30 com o governo provisório e com a criação do ministério da educação.

Nos anos 40, surgia uma diferente concepção de educação com o ensino industrial, comercial e agrícola. A década de 60 foi marcada pelo crescimento dos movimentos sociais e a alfabetização em massa. Nesse período, a educação não contava com interferências de outros organismos a não ser o governo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Em âmbito internacional, surgia o Banco Mundial como alternativa para reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial e sinalizador de futuras mudanças. Ao longo dos anos, o Banco Mundial assumiu uma postura com acento no crescimento econômico e forte influência nos países ocidentais, com destaque nas decisões educacionais (SOARES, 1996).

Na década de 70, no Brasil, a educação ficou a mercê das reformas impostas pelo regime militar como, por exemplo, as mudanças na organização estudantil. Tratava-se de uma política desenvolvimentista que visava atender a interesses econômicos. Diante da crise econômica que eclodiu na década seguinte, o Banco Mundial encontrou espaço para difundir seu pacote de ajuste estrutural, o que deixou alguns países, como o Brasil, mais vulneráveis ao mercado internacional. No período, o Banco Mundial (BM) publicou o primeiro documento para o setor educativo com incremento de financiamentos para a área da educação.

## ***Educação e economia: perspectivas históricas***

Segundo Soares (1996), desde os anos 80, o Banco Mundial demonstrou-se preocupado com a economia. No início dos anos 90, no Brasil, com o aumento do endividamento público, o BM, desconsiderando qualquer tipo de participação popular, começou a interferir na política econômica, o que levou ao agravamento da pobreza e à intensificação da exclusão no país.

A estrutura econômica dos países latinos era marcada pela pouca competição por suas sociedades se constituírem como heterogêneas, injustas e incapazes de sustentar uma política estável, os estados eram, financeiramente, insustentáveis e com grande dívida externa. Devido ao embate entre as economias latinas e

as imposições da globalização, as mudanças provocadas pelos ajustes neoliberais fizeram esses países sentirem o agravamento da pobreza.

No Brasil, a interferência mais aberta dos organismos internacionais (OI) se deu no governo Collor. Frente à dificuldade de competir com o mercado externo, o país precisava também criar uma vantagem competitiva e viu, na educação, a forma de abrir esta vantagem.

Com isso, o Brasil aderiu à proposta do Desenvolvimento Humano (DH), criada por Organizações Internacionais (OI), com a elaboração das políticas educacionais universais denominadas Educação para Todos (ET) (CORAGGIO, 1999).

Com a adaptação dos países às imposições econômicas, a pobreza atingiu, nos anos 90, grande proporção, levando o Banco Mundial a refazer seu discurso. Para Coraggio (1999), o Banco Mundial tomou o combate à pobreza como estratégia de crescimento, considerando que, ao ofertar serviços básicos à população, como saúde e educação primária poderia fazer uso do bem mais valioso dos pobres, o trabalho.

Contudo, a compreensão do Banco Mundial sobre a pobreza mostrou-se incongruente com a preocupação da ONU com a justiça social e a paz no mundo. O resultado desse impasse foi a maior adequação, por parte do Banco, ao discurso sobre Desenvolvimento Humano (DH), com a tentativa de aumentar a produtividade dos países pobres, com o investimento nas pessoas.

Na visão econômica o capital humano é interpretado como sinal de que o investimento em educação é uma via para o desenvolvimento, porque o gasto em educação equivale a investir no capital humano, gerando assim um aumento de renda (CORAGGIO, 1996, p.99).

O Banco Mundial compreende que investir em capital humano está, diretamente, relacionado ao investir em educação. Ao analisar as decisões tomadas pelo BM, percebe-se que o interesse sobre a educação aumenta, por ser a forma direta de influenciar o comportamento das pessoas e, assim, a efetividade dos reajustes. Com

isso, o Banco vem impondo suas ideias, determinando o presente e o futuro das sociedades, especialmente, nos países latino-americanos como o Brasil. Cabe tentar compreender como essas ideias e políticas foram sendo infiltradas no ideário da educação brasileira e como se disseminou sua ação.

Em 1994, o Banco Mundial propôs inúmeras reformas para América Latina, dentre elas, a reforma educacional, vista como instrumento de redução da pobreza e importante fator para formação do “capital humano”. Essa reforma educacional estava marcada por uma visão empresarial de análise econômica e de custo-benefício, tomando o processo educativo como linha de produção (TORRES, 1996).

Nos objetivos do Banco presentes na reforma, subjazia a lógica que entendia que, nos países subdesenvolvidos, deveria alocar os recursos em educação primária e que o trabalho, maior recurso dos pobres, seja de baixo custo e maior resultado para a economia. O Banco também aconselhava maior dedicação dos professores ao ensino, com maior número de livros didáticos e uso de textos escolares, reforçando a concentração nas matérias consideradas importantes para o desenvolvimento, como matemática, ciências e língua; assim como sugerindo maior número de alunos por sala e tempo de instrução. No que tange ao investimento dos professores, entendia que não cabe aumentar salários, pois não havia comprovação de que isso resultaria no aumento e na eficiência do aprendizado, apenas propunha ofertas paliativas de capacitação à docência. Por fim, o Banco também recomendava oferecer merenda escolar para sanar, em curto prazo, a necessidade da fome e o uso da educação infantil para que as crianças melhor se adaptem à escola. Cada um destes critérios é visto como insumos e avaliados conforme seu custo e resultado pelo financiador (CORAGGIO, 1999; TORRES, 1996).

No entanto, Torres (1996) critica algumas posições e denuncia as consequências da reforma educacional, afirmando que atribuir a responsabilidade da educação somente a escola é reduzi-la a uma visão setorial e privilegiar o trabalho a curto prazo. Aponta que a reforma

educacional reflete uma visão empresarial ao valorizar a quantidade, o administrativo, o autoritarismo e a homogeneidade. Nesse sentido, o Banco parece não fazer diferença entre ensino e aprendizagem, posto que concebe a educação como acumulação de conhecimentos, negligência ao lidar com a questão docente, considera a participação dos pais e da comunidade de forma unilateral e não valoriza as experiências locais.

O Banco Mundial justifica o investimento em educação, por entender que ela oferece condições às pessoas para serem mais produtivas e escapar da pobreza, em uma espécie de retorno ao poder de consumo. Coraggio (1996) critica que ideia de “produtividade da pessoa”, postulada pelo Banco Mundial, afirmando que a ideia se reduz à obtenção um bom emprego, para o qual o indivíduo necessitaria apenas de um agrupamento de habilidades para que a produção seja eficaz. A justificativa do BM para investir na educação primária se sustenta na defesa de um conjunto de habilidades básicas que o indivíduo deveria possuir para enfrentar as rápidas mudanças e ter condições de se adaptar. Habilidades que serão proporcionadas e orientadas apenas na escola no modelo educativo convencional.

### ***O papel do Banco Mundial na definição de parâmetros educacionais***

O relatório anual do Banco Mundial, do ano de 2013, colocou como seu objetivo central

Erradicar a pobreza extrema reduzindo em 3%, até 2030, para a parcela da população que vive com menos de US\$ 1,25 por dia e promover a prosperidade compartilhada por meio do aumento da renda dos 40% mais pobres da população de todos os países em desenvolvimento (RELATÓRIO 2013, p. 2).

O Banco Mundial realiza a cada ano um relatório organizado pela diretoria executiva sobre os resultados de exercício financeiro, ou seja, se as ações tomadas nos países estão de acordo com as metas do Banco Mundial. A diretoria executiva, atualmente, é formada por representantes dos 188 países membros, que visita e acompanha os desafios econômicos dos países e os

projetos financiados em cada país (RELATÓRIO, 2013). O Brasil participa como membro, o que é perceptível, inicialmente, a correlação entre o objetivo do Banco com objetivos de governo tomados como prioridade nos últimos anos, no que tange a diminuição da miséria e a distribuição da renda através das políticas adotadas.

Como afirma o Relatório (2013, p. 13), “O fornecimento de acesso universal a educação e saúde de qualidade é um componente essencial do desenvolvimento econômico”. A atual estratégia educacional merece destaque o “Aprendizado para Todos, lançada em 2011, o Banco Mundial promove reformas educacionais baseadas em provas concretas do que funciona sob as condições dos diferentes países” (2013, p. 13). O Banco, com apoio financeiro, subsidia a educação aos países membros, com a sutil e progressiva adesão do país as estratégias do BM. Estratégias que incluem o que consideram importante na educação dos países para favorecer os seus desenvolvimentos econômicos, através de suas pesquisas encomendadas. Aborda que o importante para o país é o desenvolvimento econômico e investem no que favorece.

O relatório do Banco Mundial em 2007 com foco no desenvolvimento da próxima geração apresenta seus argumentos a respeito do interesse em estar investindo na educação “para obter êxito na economia competitiva global de hoje, eles ‘alunos’ precisam estar equiparados com aptidões avançadas que vão além da alfabetização” (RELATÓRIO, 2007, p. 2). Ainda, na compressão sobre a realidade da juventude como mão de obra ativa e abundante no país, o Banco Mundial entende que a geração atual mais jovem tem menos dependentes para sustentar e mais tempo disponível para gerar renda ao país através do trabalho (RELATÓRIO, 2007). Há uma parcela maior da população, economicamente, ativa com menos crianças e idosos para sustentar e podendo investir na formação do capital humano (RELATÓRIO, 2007). O Banco avalia que a geração mais jovem pode vir a trazer resultado mais rápido para o país: mão de obra que gera menos gasto. Em sua reflexão, dá mais atenção aos mercados internacionais, aos grupos transnacionais, a forma de fazer os países entrarem nessa lógica do que se preocupa com a vida dos cidadãos.

No que tange à educação, a seguir, vamos analisar a proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), destacando a forma como ele toma, para si, os conselhos e objetivos do Banco Mundial. Assim, nascem as primeiras observações do quanto o PNE está alinhado aos relatórios do Banco Mundial com os objetivos paralelos de, unicamente, alcançar o desenvolvimento econômico do País, o que nos permite afirmar que investir em educação garante a efetivação dos objetivos econômicos.

### ***O que diz o plano nacional de educação 2014- 2024?***

Seguindo a perspectiva da reforma educacional discutida e propalada pelo Banco Mundial, desde os anos 90, iniciou-se o processo de construção de um Plano Nacional de Educação, inicialmente, proposto para o decênio 2000-2010<sup>1</sup>. O novo PNE possuía três eixos: a educação como direito; a educação como fator de desenvolvimento econômico e a educação como meio de combate a pobreza. Nos primeiros anos de execução do PNE, houve mudança de governo, determinando uma reorientação de algumas medidas no sentido da expansão do ensino público. Ao final do período, a avaliação do PNE revelou que ainda havia grandes lacunas como a evasão escolar, a repetência e os vilões da educação: o trabalho infantil e as precárias condições de vida (AGUIAR, 2010).

Esses indicadores apontam para a maneira como a educação vem sendo conduzida em nosso país. Os valores contidos nas reformas educativas demonstram que a educação tem sido baseada em orientações de organismos econômicos internacionais. A partir da II Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, começou a ser construído outro PNE. Assim, foi definido um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, seguindo orientação da constituição nacional e considerações a respeito da realidade brasileira.

O PNE do decênio 2014-2024 é resultado da avaliação do plano anterior, do diagnóstico da educação brasileira e de considerações no processo de construção do documento por parte dos poderes públicos. O fato de ter que ser enviado ao congresso para aprovação atrasou sua publicação, ficando pronto o texto final para execução

apenas em 2013, consequência das várias vezes que o Plano precisou de reformulações e do processo burocrático do sistema público.

O PNE está organizado em diretrizes, metas e estratégias sendo que o atual plano conta com 20 metas, contemplando a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação especial, a educação nas comunidades indígenas, a educação de jovens e adultos e o ensino superior. O PNE apresenta métodos de avaliação, com previsão de conferências nacional e investimento projetado no orçamento com aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O tempo de demora que teve sua aprovação trouxe como preocupação que o documento se tornasse plano de estado, não apenas de um governo, com risco do Plano tomar outros rumos, com a organização da gestão política no Brasil.

O PNE é fundamentado em algumas premissas que, em primeira análise, contempla as necessidades do ensino. Entre elas, encontram-se a universalização da educação com garantias de acesso e permanência na escola; expansão da oferta do ensino superior; garantias de qualidade de ensino que vise o desenvolvimento da pessoa como cidadão, bem como oferta dos insumos que favoreça; gestão democrática da escola com maior participação nas decisões dos pais e comunidade em torno; valorização da diversidade que compõe o universo escolar; melhor formação e valorização aos professores, e ainda financiamento público (NOTAS TÉCNICAS PNE 2010-2010).

Alguns dos objetivos do PNE já vem do decênio anterior, agora com necessidade de fortalecer as questões como a universalização da educação, o acesso e a permanência na escola e a qualidade do ensino ofertado. O fato é considerar os objetivos que se apresentam em cada uma das propostas do PNE e questionar se o entendimento que possui sobre o que é o melhor para a educação brasileira. As diretrizes apresentam-se com os seguintes objetivos:

Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria na qualidade de educação; formação para o trabalho e para a cidadania; promoção do princípio da gestão democrática na

educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB; valorização dos profissionais da educação e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental (PNE 2010- 2020, p. 01).

Ao analisar o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, percebemos que as diretrizes ali apresentadas muito se assemelham às políticas do Banco Mundial formuladas em 2007 e 2013, evidenciando mais continuidade do que renovação. Enquanto fiador da educação no país, o Banco Mundial também aponta como fator determinante: “O desenvolvimento na primeira infância, a avaliação de alunos, o treinamento dos professores, financiamento e o desenvolvimento do trabalho (...) a prestação de serviços é um componente chave na reforma da educação” (RELATÓRIO, 2013, p. 13).

A partir da visão do PNE e do Banco Mundial sobre o que propõem e avaliam ao considerar a questão da educação, cabe analisarmos as metas propostas e as mudanças que se impõem na vida do cidadão. As metas do PNE (2014-2024), ao contemplar as fases do ensino, consideram como desafio para o decênio acentuadas nas metas 1, 2 e 3:

universalizar a educação infantil para 4 a 5 anos e ampliar vagas para crianças até 3 anos. Estimular a educação infantil em tempo integral e currículos adequados [...] Universalizar o ensino fundamental de 9 anos a toda a população, [...] Universalizar o atendimento a toda a população de 15 a 17 anos [...] Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação (PNE, 2010, p.10).

O PNE quer tornar obrigatório e universalizar o ensino de 4 a 17 anos. Essa busca de universalização vai ao encontro daquilo que o Banco entende por qualidade, pois, até então, se falou pouco em qualidade, parece que a se confundiu com a quantidade que se quer atingir. Também, os métodos de avaliação afirmam o caráter competitivo de fornecer o ensino superior não a todos, mas só aos melhores, que, segundo aos exames classificatórios e desiguais, considera os mais aptos a contribuir com o desenvolvimento do país.

No que se refere à Educação Infantil, o PNE se fundamenta em uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, que afirma que as crianças tem maiores chances de desenvolvimento na escola do que confiadas aos cuidados de terceiros.

Quanto à educação integral, o PNE, na sua Meta 6, mantém o que vinha sendo proposto no plano anterior: “Oferecer educação em tempo integral[...] ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola”(PNE, p. 26 ).

No que tange à avaliação da educação, o PNE pretende “fomentar a qualidade da educação básica [...] a atingir médias nacionais para o IDEB, meta nº 7[...]” (PNE, 2014-2024, p.27). Não se fala em melhorar a qualidade do IDEB como instrumento de avaliação, mas de usá-lo para testar se as metas estão sendo cumpridas como uma forma de controle das ações realizadas. O Banco na sua compreensão sobre avaliação como recurso para medir a qualidade, entende que

Em primeiro lugar os países devem avaliar a qualidade. A quantidade pode ter sido enfatizada porque é mais fácil medir taxas de matrícula e de conclusão do que resultados de aprendizado. Esse quadro está mudando lentamente com a introdução de testes padronizados, que podem ser comparados entre as escolas de um país e entre os países (RELATÓRIO, 2007, p. 11).

O PNE, no que se refere a estratégias (Meta 7), quer melhorar o desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que avalia o ensino nas áreas de matemática, leitura e ciência. Identifica-as como o centro do processo educativo que se busca. Prova que a educação, nos moldes do PNE, dá maior ênfase apenas com os números, leituras e ciência, desfazendo ou deixando em segundo plano outros saberes que compõe a diversidade do conhecimento.

O plano também visa garantir a preservação da identidade cultural dos diferentes povos no Brasil (Meta 7). Porém suspeitamos que a estrutura central do currículo permaneça a mesma, mantendo o mesmo currículo para todo território, com formas de ensinar diferente, ou seja, para igualar as oportunidades competitivas, aumentar as

áreas de interesse para desenvolvimento econômico do país e ignorar as reais necessidades de mudança que a escola precisa. Observa-se uma mudança periférica com suposto respeito a diversidade, com a permanência da mesma estrutura homogênea.

Quanto aos jovens que não completaram o ensino na idade apropriada, o PNE, na sua Meta 10, aconselha oferecer oportunidades de ensino e integrá-los à educação profissional (PNE). Essa mesma preocupação também aparece destacada no relatório do Banco Mundial, quando propõe oferecer segunda oportunidade aos jovens; o que pode ser compreendido como um modo de ajustá-los ao mercado de trabalho. Segundo o documento do BM, “a falta de segundas oportunidades pode levar a uma queda vertiginosa dos resultados” (RELATÓRIO, 2007, p. 10).

Vale ressaltar que o tema da cidadania é trazido em ambos os documentos. O PNE (2010-2020, p. 1) argumenta sobre cidadania como forte importância na diretriz “formação para o trabalho e para a cidadania”. Já o Relatório do Banco Mundial (2007) afirma que é necessária a participação do jovem como cidadão produtivo, caso contrário, com uma possível frustração, ele pode ser levado a um comportamento violento e gerar uma instabilidade econômica. A cidadania assemelha-se mais como instrumento de controle da população, ou seja, não interessa favorecer sua autonomia crítica, mas aceitação como forma de camuflada de parecer cidadania.

Consideramos que desenvolvimento humanístico que pontua uma das diretrizes, vai ao encontro também de valorizar as ciências humanas, como forma de contribuir na formação humana dos cidadãos, mas as estratégias deixam claras que para o desenvolvimento do País (meta 12) “destaca-se a ênfase na formação nas áreas de ciências e matemática” (PNE, p. 48). Entendemos que tal escolha ocorra devido às necessidades para o desenvolvimento econômico do país, sem consideração sobre a qualidade de vida da sociedade.

A oferta do ensino técnico, meta 11, para formar mão de obra qualificada aparece como estratégia de introduzi-la ao ensino médio regular, a fim de contar com trabalhadores formados em pouco tempo. Quanto ao

Ensino Médio, não traz grandes reflexões sobre sua identidade; já na sua forma não se sabe para que se está formando.

O ensino de terceiro grau é visto pelo Banco, financeiramente, insustentável e não traz rápidos benefícios aos pobres. Aconselha que uma opção fosse oferecer bolsas ou empréstimos a famílias desprivilegiadas subsidiadas por instituições privadas. Isso surge no PNE como meta 12: aumentar o número de matrículas, o financiamento estudantil e o número de vagas (RELATÓRIO; PNE, 2007; 2010). Ambas os documentos, afirmam não oferecer ensino gratuito de terceiro grau, nem caminha nessa direção, apenas pretendem continuar no modelo atual de ofertar mais bolsas e oportunidades de financiamentos, uma vez que a demora e custo para formar essas pessoas são muito superiores aos das demais formas de ensino e não traz tantos benefícios econômicos.

Em relação a formação do magistério, o PNE, na meta 13, propõe uma reforma curricular dos cursos de licenciatura, melhorando a qualidade e a motivação para a procura dos cursos. Não apresenta de que maneira concreta vai acontecer, no entanto faz alusão à necessidade de mudança. Conforme o documento, o objetivo é “promover melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)” (PNE, p. 50).

A meta 17 destina-se à valorização do professor: “Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente” (PNE, p. 58). Como estratégia o Plano afirma aumentar, progressivamente, o piso nacional, propor planos de carreira, implantar a jornada de trabalho em apenas uma escola e incentivos para aprimoramento profissional (PNE).

O Banco entende que deve estimular a valorização do professor através do seu desempenho que resulta em ganhos de eficiência. Alguns exemplos são aplicados na América Latina com esquemas de pagamento baseado no desempenho do docente (RELATÓRIO, 2007).

Quanto à gestão democrática, o plano, amparado na Constituição Federal, art. 206, entende por fortalecer a participação dos pais e da comunidade nas decisões da escola, proporcionando a integração por meio de ações como a escolha de diretores, a participação em projetos, a influência nas melhorias para a escola e no destino financeiro. Afirma como importante o estímulo aos grêmios estudantis e associações de pais na escola (PNE, META 19).

O país busca ampliar o investimento em educação por meio do PIB e, com isso, a implantação do Custo – Aluno-Qualidade que visa o cálculo de todos os gastos envolvidos em promover uma educação de qualidade, o que finaliza o documento com a meta 20 (PNE).

### ***Considerações de encerramento***

Como se pode perceber, os anos 90 são marcados por acontecimentos decisivos e de influência no campo educacional para os países Latino-americanos. O BM e os Organismos Multilaterais (OM) têm maior abertura para interferência nas decisões dos países e interesse na realidade educacional como forma de garantir o crescimento econômico. No Brasil, o cumprimento das ações deu-se no governo de Fernando Henrique Cardoso com ajuda das conferências que seguiram nesta década.

As afirmativas do Banco ou dos Organismos Internacionais atestam a imposição das suas compreensões do que é melhor para a população sem continuar a considerar qualquer tipo de participação popular, o que já se observava em suas ações iniciais. As decisões tomadas revelam o compromisso histórico assumido junto à educação no que tange à compreensão por crescimento econômico. Isso demonstra a forma como esses organismos, originários dos países do Norte, vêm interferindo na formação dos países do Sul, mais precisamente, nos países latino-americanos, em especial, o Brasil.

O BM, tanto em suas propostas conjuntas como em seus próprios documentos, justifica o investimento na educação como base para a contenção da pobreza. Com as recomendações relatadas, percebemos que o trabalho que os países latino-americanos tiveram na década de 90 e o esforço de tornar a educação homogênea e contextuali-

zar a população em uma aldeia global do neoliberalismo (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Diante dessas questões, é perceptível que a educação é regida pelos moldes e estratégias da economia neoliberal. É ela quem financia e permeia o modelo de ensino formal com os valores contidos. Evidencia-se a aliança firmada entre a economia e a educação escolar. Portanto, educar para uma educação que responda às necessidades das pessoas pode ser considerado como resistência pontual e local de pequenos grupos frente ao imperativo mundial do Banco. Entendemos que a escola formal tal como é hoje é fruto de uma visão, puramente, empresarial, cujo foco de interesse visa atender aos interesses do fiador.

As medidas propostas pela conferência em Jontiem estiveram norteando a educação no país nos anos 90, concluído com o seminário de 1999, em que se examinou o alcance dos resultados. As reformas dos anos 90 tiveram um teor diferente das da década de 70, quando foram impostas as mudanças. A de 90 foi minando aos poucos o senso comum e provocando uma “apartheid educacional”; pois colocou os alunos no ritmo de concorrência acirrada por melhores escolas e disputa por vagas, transformando o ensino em um ótimo negócio (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

É lamentável que em nenhum momento e em palavras perdidas traga temas importantes à população, como desenvolvimento humano, as condições para sua realização, o atendimento as suas necessidades, pois são essas que se refletem nas necessidades dos países. Parece que se encontra estratégias de tornar a educação mais engessada a uma visão empresarial de estrutura.

A partir das análises, observa-se que o PNE, através de estratégias, busca o controle sobre o ensino, apresenta uma visão macro da realidade educacional. Questionamos que algumas medidas foram tomadas por decisões de diminuição de gastos, como é o caso da repetência escolar, pois se veda esta opção e não aprofunda a realidade que surge, porque todos os alunos não conseguem aprender? Ou porque todos tem que aprender o mesmo conteúdo ao mesmo tempo?

Com isso, Azevedo (2001) analisa que as reformas educacionais operadas mundialmente têm em comum melhorar as economias nacionais pela aproximação dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado. Dessa forma, as reformas querem ter maior controle dos conteúdos curriculares, implicando a adesão de técnicas próprias da administração, gerando uma espécie de 'gerencialismo'. O que não faz a não ser reduzir custos. Quanto à participação da comunidade, percebermos as parcas fatias de decisão reservadas, sendo que a estrutura é extremamente centralizada.

Nesse sentido, como vamos formar seres humanos mais "empoderados" e críticos diante do perverso sistema, capazes de mudança? Não se encontra nenhuma mudança radical no sistema educacional que pense, porque a educação é assim organizada, como o tempo determinado de aula, como as matérias predominantes e não importante, as salas dispostas da forma que estão às escolas com o prédio que possuem. Como possuir um único modo de ensinar e aprender com uma grande diversidade dentro de sala de aula? E basear-se no sistema corrupto de avaliação chamado IDEB, que camufla os reais índices de evasão escolar e analfabetismo. O ensino carece de sentido, os alunos comparecem na sua maioria na escola, porque são obrigados, os resistentes acabam por desistir no caminho. A realidade educacional que se inscreve na vida humana aponta um caminho a ser pensado e dialogado, pois essas decisões direcionam as vidas que constroem o país.

## Nota

1 Plano Nacional de Educação (PNE) é amparado na Constituição Federal art. 214 e na LDB 2010, art. 9º. Ambas estabelecem a existência de um Plano Nacional de Educação no país, que deverá contar com as ações integradas dos poderes públicos nas diferentes esferas.

## Bibliografia

AGUIAR, Márcia Angela da S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009**. Disponível < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/03>> Acesso: 05/10/14

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional até nº 72, 2 de abril de 2013. **Lex: legislação federal e marginalia**, São Paulo, 2013. 342 p

BRASIL. Câmara dos deputados. **Lei de diretrizes e Bases da Educação**, Brasília, DF. 5 ed. 2010, 64 p. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)> Acesso:10/09/14.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Projeto de lei 8-035b de 2010. Disponível em: <[www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D12768&ei=YDQSVPLBGbWmsQTvxIKQDQ&usg=AFQjCNGfVwt5PaEg0wNvZfXU\\_5YMVT5puA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D12768&ei=YDQSVPLBGbWmsQTvxIKQDQ&usg=AFQjCNGfVwt5PaEg0wNvZfXU_5YMVT5puA)> Acesso: 09/09/14.

CORAGGIO, José Luiz. **"Desenvolvimento humano e Educação: o papel das ONGs latino- americanas na iniciativa da educação para todos"**. São Paulo: Cortez, 1999; p. 227.

CORAGGIO, José Luis. "Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?". In: TOMMASI, Livia de (ORGs). **"O Banco Mundial e as políticas educacionais"**. São Paulo: Cortez, 1996; p. 75- 121.

FREITAS, Ernani Cesar; PRODANOV, Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 275 p.

SOARES, Maria Clara Couto. "Banco Mundial: políticas e reformas". In: TOMMASI, Livia de (ORGs). **"O Banco Mundial e as políticas educacionais"**. São Paulo: Cortez, 1996; p. 15- 38.

TORRES, Rosa Maria. "Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de (ORGs). **"O Banco Mundial e as políticas educacionais"**. São Paulo: Cortez, 1996; p. 125- 186.

MACIEL, Alderlândia Da Silva. **O principio da Indissociabilidade em ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período entre 1988-2008**. 2010. 196 f. Dissertação ( Doutorado em Educação)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP.

Relatório de desenvolvimento mundial 2013: **Erradicar a pobreza e promover a prosperidade compartilhada**. Banco Mundial, Washington. Disponível em < <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16091/9780821399422PT.pdf?sequence=5>> Acesso 10/12/14

Relatório de desenvolvimento mundial 2007: **O desenvolvimento e a próxima geração**. Banco Mundial, Washington. Disponível em< <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-1158107976655/overview-po.pdf>> Acesso 10/12/14

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. 140P.

*Recebido em 27 de janeiro de 2015.*

*Aceito em 25 de fevereiro de 2015.*